

Superior Tribunal de Justiça

TELEGRAMA Nº MCD5T-30000

DESTINATÁRIO:

**EXMO(A). SR(A). PRESIDENTE
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DA BAHIA
1ª AV. DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA 150
CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA
SALVADOR-BA
41.745-901**

MENSAGEM:

TLG. MCD5T-30000/2018 - QUINTA TURMA

COMUNICO A VOSSA EXCELÊNCIA QUE NA TUTELA PROVISÓRIA INCIDENTAL NOS AUTOS DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL N.º 1375333/BA, REGISTRO NR. 2018/0264859-9, (NR. DE ORIGEM 00003987820138050000 / 3987820138050000), EM QUE FIGURAM COMO REQUERENTE : ISAAC CAVALCANTE DE CARVALHO; REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA; PROFERI A SEGUINTE DECISÃO: " TRATA-SE DE PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA INTERPOSTO POR ISAAC CAVALCANTE DE CARVALHO OBJETIVANDO A IMEDIATA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO DE ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA NA AÇÃO PENAL N. 0000398-78.2013.8.05.0000.

CONSTA DOS AUTOS QUE O REQUERENTE FOI PROCESSADO E CONDENADO PELA PRÁTICA DO CRIME DO ART. 1º, III, DO DECRETO-LEI N. 201/67 (DESVIO DE VERBA PÚBLICA - PREFEITO) À PENA DE 01 (UM) ANO, 11 (ONZE) MESES E 10 (DEZ) DIAS DE DETENÇÃO, EM REGIME ABERTO E ÀS PENAS ACESSÓRIAS DE PERDA DO CARGO E DE INABILITAÇÃO, PELO PRAZO DE CINCO ANOS, PARA O EXERCÍCIO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA.

FORAM OPOSTOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PELA DEFESA, QUE FORAM REJEITADOS (FLS. 2804/2814). INTERPOSTO AGRAVO REGIMENTAL, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA O ACOLHEU COMO ACLARATÓRIOS PARA ANULAR O JULGAMENTO ANTERIOR, NOS TERMOS DA SEGUINTE EMENTA (FL. 2839):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRELIMINAR. NULIDADE DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO POR INOBSERVÂNCIA DO RITJBA. RECURSO APRECIADO PELO COLEGIADO, APÓS A PRIMEIRA SESSÃO SEGUINTE À INTERPOSIÇÃO DO RECURSO, SEM PRÉVIA PUBLICAÇÃO DA PAUTA DE JULGAMENTO. ACOLHIMENTO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 325, § IO, E 172 DO RITJBA. ANÁLISE MERITÓRIA PREJUDICADA. RECURSO PROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça – SAFS Quadra 6, Lote 1 CEP 70095-900
PABX (61) 3319-8000 -FAX: (61) 3319-8700/8194/8195

C5426053570355@

pág.: 1 de 7

Superior Tribunal de Justiça

1. A PRELIMINAR SUSCITADA PELO EMBARGANTE MERECER SER. DE PLANO, ACOLHIDA, TENDO EM VISTA A NOVA REDAÇÃO DOS ARTS. 325 E 172 DO RITJBA, ALTERADOS CONFORME EMENDA REGIMENTAL N° 12/2016, DE 30 DE MARÇO DE 2016, DJE 31 /03/2016.

2. CONSIDERANDO QUE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE FLS. 2552/2567, OPOSTOS CONTRA O ACÓRDÃO CONDENATÓRIO DE FLS. 2517/2545. FORAM APRESENTADOS EM 01/06/2016. E QUE ESTE RELATOR PERMANECEU LEGALMENTE AFASTADO PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01/08/2016 E 30/09/2016, CONSOANTE CERTIFICADO À FL. 2708. DETINHA O EMBARGANTE O LEGÍTIMO INTERESSE NA PRÉVIA PUBLICAÇÃO DA PAUTA DA SESSÃO DE JULGAMENTO, NA FORMA DO ART. 172.

3. NÃO OBSTANTE, OS ALUDIDOS EMBARGOS FORAM, DE FATO. INCLUÍDOS EM PAUTA NO DIA 24/10/2016 E JULGADOS NO DIA SEGUINTE, ISTO É EM 25/10/2016. CONFORME DOCUMENTADO À FL. 2688, INVIABILIZANDO, ASSIM, A PARTICIPAÇÃO DA PARTE NA SESSÃO DE JULGAMENTO.

4. CONSTATADA, ASSIM, A INOBSERVÂNCIA DA NORMATIVA REGIMENTAL E O PREJUÍZO PARA A DEFESA DO EMBARGANTE, HÁ DE SE ACOLHER A PRELIMINAR SUSCITADA, PARA ANULAR O JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE SE DEU NA SESSÃO DO DIA 25/10/2016. ACOLHIDA A PRELIMINAR, TEM-SE POR PREJUDICADA A ANÁLISE DO MÉRITO RECURSAL.

5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

EM NOVO JULGAMENTO, OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO FORAM CONHECIDOS. O ACÓRDÃO RESTOU ASSIM EMENTADO:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ARGUIÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DA CORTE, ANTE A PERDA DO FORO POR PRERROGATIVA DF. FUNÇÃO, POSTERIOR AO JULGAMENTO DE MÉRITO DA AÇÃO PENAL - IN ACOLHIMENTO - PERPETUATIO JURISDICTIONIS - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO DO JULGADO - PRETENSÃO DE REAPRECIÇÃO DO JULGADO - INVIABILIDADE - PREQUESTIONAMENTO - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS ESTABELECIDOS NO ART. 619 DO CPP - EMBARGOS DF. DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.

1 - CONCLUÍDO O JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL PROPOSTA, EM 24/05/2016 (FL. 2546). ASSIM COMO O JULGAMENTO DOS ACLARATÓRIOS INICIALMENTE OPOSTOS, EM 13/12/2016 (FL. 2735). QUANDO O EMBARGANTE OCUPAVA O CARGO DC PREFEITO MUNICIPAL DE JUAZEIRO, NÃO REMANESCE DÚVIDA QUANTO À COMPETÊNCIA DESTA COLEGIADO PARA APRECIÇÃO DESTES NOVOS EMBARGOS. COM EFEITO, A REGRA REGIMENTAL É CLARA AO FIXAR A COMPETÊNCIA DESTA CORTE PARA APRECIÇÃO DOS EMBARGOS OPOSTOS CONTRA SEUS PRÓPRIOS JULGADOS, TAL COMO ESPECIFICADO NOS ARTS. 324 A 326 DO RITJBA. DE MAIS A MAIS. SUBVERTERIA A PRÓPRIA LÓGICA PROCESSUA! EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA A POSSIBILIDADE DC QUE UM ÓRGÃO

Superior Tribunal de Justiça – SAFS Quadra 6, Lote 1 CEP 70095-900
PABX (61) 3319-8000 -FAX: (61) 3319-8700/8194/8195

C5426053570355@

pág.: 2 de 7

Superior Tribunal de Justiça

JURISDICIONAL HIERARQUICAMENTE INFERIOR INTEGRASSE OU MODIFICASSE DECISÃO PROFERIDA POR ÓRGÃO JURISDICIONAL SUPERIOR.

2 - IMPOSSÍVEL O MANEJO DO PRESENTE RECURSO COM O FITO DE SE OBTER NOVA VALORAÇÃO ACERCA DOS FATOS TRATADOS NO PROCESSO, OU REVOLVIMENTO DE PROVAS. NA ESPÉCIE, DA LEITURA DAS RAZÕES RECURSAIS APRESENTADAS PELO EMBARGANTE. VERIFICA-SE A AUSÊNCIA DE QUALQUER INDICATIVO TANGÍVEL ACERCA DA EXISTÊNCIA DOS APONTADOS VÍCIOS DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. A IRRESIGNAÇÃO REVELA, EM VERDADE, QUE O JUÍZO DE CONTRARIEDADE MANIFESTADO DIRIGE-SE CONTRA DECISÃO COLEGIADA DIVERSA, CONCRETAMENTE O ÉDITO CONDENATÓRIO FIRMADO ATRAVÉS DO ACÓRDÃO DE FLS. 2517/2545, NO INTUITO DE PROVOCAR, POR VIA TRANSVERSA, O REEXAME DE QUESTÃO DE MÉRITO JÁ DECIDIDA POR ESTA CORTE E EVITAR QUE SE TOMA EFETIVA A DELIBERAÇÃO COLEGIADA.

3 - É POSSÍVEL AFIRMAR, PARA ALÉM DO NÍTIDO PROPÓSITO DE REDISSCUSSÃO DA CAUSA JULGADA, QUE A PRESENTE INSURGÊNCIA NÃO GUARDA, SEQUER, CORRELAÇÃO COM A DECISÃO IMPUGNADA, CARACTERIZANDO-SE. ASSIM, COMO INSTRUMENTO PROTETÓRIO À EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA RESOLUÇÃO DA DEMANDA PENAL APRECIADA. DESTARTE, EVIDENCIADA A DISSOCIAÇÃO DO PEDIDO COM OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DA VIA RECURSAL ELEITA, ESTABELECIDA NO ART. 619 DO CPP. NO QUE TANGE AO SEU CABIMENTO C ADEQUAÇÃO, NÃO SE CONHECE DOS EMBARGOS.

EMBARGADOS NÃO CONHECIDOS.

INTERPOSTO AGRAVO REGIMENTAL, ESTE FOI IMPROVIDO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (FLS. 3040/3043).

SOBREVEIO O RECURSO ESPECIAL, COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. A CORTE ORIGINÁRIA INADMITIU O RECURSO (FLS. 3114/3115), RESTANDO PREJUDICADA A ANÁLISE DO EFEITO SUSPENSIVO. O PLEITO DE RECONSIDERAÇÃO FOI NEGADO (FLS. 3141/3142).

INTERPOSTO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL, ESTE SE ENCONTRA PENDENTE DE JULGAMENTO NESTA CORTE (FLS. 3147/3160).

NO PRESENTE PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, O RECORRENTE PRETENDE TORNAR EVIDENTES OS FUNDAMENTOS QUE INDICAM A PROBABILIDADE DE ACATAMENTO DAS SEGUINTESES TESES: 1) PARA QUE HAJA CONDENAÇÃO POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, FAZ-SE IMPRESCINDÍVEL QUE O PREFEITO AJA COM PLENA CONSCIÊNCIA A RESPEITO DE SUA CONDUTA OU ASSUMA, DELIBERADAMENTE, O RISCO DE PRATICÁ-LA; 2) ILEGALIDADES NA IMPOSIÇÃO DA PENA E; 3) AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA APLICAÇÃO DA SANÇÃO PREVISTA NO ART. 1º, § 2º, DO DECRETO-LEI N. 201/67".

SUSTENTA QUE FOI ELEITO NO ÚLTIMO E RECENTE PLEITO ELEITORAL PARA O

Superior Tribunal de Justiça – SAFS Quadra 6, Lote 1 CEP 70095-900
PABX (61) 3319-8000 -FAX: (61) 3319-8700/8194/8195

C5426053570355@

pág.: 3 de 7

Superior Tribunal de Justiça

CARGO DE DEPUTADO FEDERAL PELO ESTADO DA BAHIA, COM VOTAÇÃO EXPRESSIVA DE MAIS DE CEM MIL VOTOS. ARGUI QUE O PRESENTE PERICULUM IN MORA SE SITUA EM DUAS FRENTES: 1) RISCO DE MANUTENÇÃO DE CONDENAÇÃO CRIMINAL E DE IMPOSIÇÃO DE PENA FLAGRANTEMENTE INJUSTA E; 2) INDEFERIMENTO DA DIPLOMAÇÃO DO CANDIDATO LEGITIMAMENTE ELEITO.

SALIENTA QUE O ACÓRDÃO PENAL VINCULOU OS EFEITOS DA CONDENAÇÃO AO TRÂNSITO EM JULGADO E QUE FOI INDEFERIDO O PEDIDO DE CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA PENA FORMULADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, MAS QUE NÃO OBSTA A CAUSA DE INELEGIBILIDADE DISPOSTA NO ART. 1º, I, E, DA LEI COMPLEMENTAR N. 64/90. ALEGA QUE ESTÁ NA IMINÊNCIA DE VER CERCEADO SEU DIREITO POLÍTICO AO EXERCÍCIO DO CARGO DE DEPUTADO FEDERAL, EM RAZÃO DA CONDENAÇÃO CRIMINAL, ANTES DO EXAME DAS MATÉRIAS VENTILADAS NO RECURSO ESPECIAL E NA PRESENTE MEDIDA CAUTELAR.

REQUER PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR PARA CONFERIR EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL, ATÉ O JULGAMENTO DEFINITIVO DE MÉRITO, SUSPENDENDO DE IMEDIATO OS EFEITOS DO ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. SUBSIDIARIMENTE, SEJA CONCEDIDA LIMINAR EM SEDE DE HABEAS CORPUS, DE OFÍCIO, NO TOCANTE À TESE ABSOLUTÓRIA DE ATIPICIDADE E AO FLAGRANTE ERRO E INJUSTIÇA NA DOSIMETRIA DA PENA E NA APLICAÇÃO DA PENA ACESSÓRIA, ATÉ O JULGAMENTO DEFINITIVO DE MÉRITO, COM A DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO DE TODOS OS EFEITOS DO ACÓRDÃO CONDENATÓRIO.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

DE INÍCIO, "ADMITE-SE, EXCEPCIONALMENTE, A ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM QUANDO EXSURGE, ICTU OCULI, O RISCO DE IRREMEDIÁVEL LESÃO À PARTE E A MANIFESTA TERATOLOGIA JURÍDICA DO ARESTO IMPUGNADO, À LUZ DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE SUPERIOR". (AGINT NO TP N. 1479/RJ, 6ª T., MINISTRO ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, DJE 23/08/2018).

A TEOR DO REGIMENTO INTERNO DESTES SUPERIOR TRIBUNAL:

ART. 288. ADMITIR-SE-ÃO TUTELA DE URGÊNCIA OU TUTELA DA EVIDÊNCIA REQUERIDAS EM CARÁTER ANTECEDENTE OU INCIDENTAL NA FORMA DA LEI PROCESSUAL.

§ 1º A PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO QUE VISA À PRESTAÇÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA EM CARÁTER ANTECEDENTE SERÁ APENSADA OPORTUNAMENTE AO PROCESSO A QUE SE REFERE.

§ 2º O RELATOR PODERÁ APRECIAR A LIMINAR E A PRÓPRIA TUTELA DE URGÊNCIA, OU SUBMETÊ-LAS AO ÓRGÃO JULGADOR COMPETENTE.

Superior Tribunal de Justiça – SAFS Quadra 6, Lote 1 CEP 70095-900
PABX (61) 3319-8000 -FAX: (61) 3319-8700/8194/8195

C5426053570355@

pág.: 4 de 7

Superior Tribunal de Justiça

EM JUÍZO PRELIMINAR, AO MENOS SOB UM DOS ASPECTOS, VISLUMBRO A PRESENÇA DE ELEMENTOS QUE EVIDENCIAM A PROBABILIDADE DO DIREITO E O PERIGO DE DANO OU RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO, REQUISITOS AUTORIZADORES À CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA (ART. 300 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL).

A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE ESTÁ FIRMADA NO SENTIDO DE QUE O § 2º DO ART. 1º DO DECRETO-LEI N. 201/67 PREVÊ UM EFEITO ESPECÍFICO E NÃO AUTOMÁTICO DA CONDENAÇÃO DEFINITIVA, EXIGINDO, PORTANTO, FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA, OS TERMOS DO ART. 92 DO CÓDIGO PENAL. A PROPÓSITO:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PERDA DO CARGO PÚBLICO. EFEITO NÃO AUTOMÁTICO DA CONDENAÇÃO. NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO SUMULAR 83/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O § 2º DO ART. 1º DO DECRETO-LEI 201/67 PREVÊ UM EFEITO ESPECÍFICO E NÃO AUTOMÁTICO DA CONDENAÇÃO DEFINITIVA, EXIGINDO, PORTANTO, FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA, NOS TERMOS DO ART. 92 DO CÓDIGO PENAL, APLICÁVEL NA HIPÓTESE, ANTE A OMISSÃO DO DECRETO-LEI, POR FORÇA DO QUE DISPÕE O ART. 12 DO CÓDIGO PENAL. PRECEDENTES DO STF E DO STJ.

2. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO (AGRG NO RESP 1.322.864/GO, REL. MINISTRO NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJE 15/9/2015)

RECURSO ESPECIAL. CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO. 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO QUE CONFIRMOU EM PARTE A SENTENÇA CONDENATÓRIA. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. 2. ATIPICIDADE DA CONDUTA. AUSÊNCIA DE DOLO. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DAS NORMAS MUNICIPAIS E DO INTERESSE PÚBLICO. 3. PERDA DO CARGO E INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA (ART. 1º, § 2º, DO DL 201/1967). NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

1. INEXISTINDO A OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO APONTADAS NO ACÓRDÃO RECORRIDO, MOSTRA-SE ACERTADA A DECISÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE REJEITOU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, POR AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, VALENDO RESSALTAR QUE O ÓRGÃO JULGADOR NÃO ESTÁ OBRIGADO A SE PRONUNCIAR SOBRE TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS PELAS PARTES, SENDO IMPRESCINDÍVEL APENAS ANALISAR OS PONTOS SUFICIENTES PARA FUNDAMENTAR A DECISÃO.

2. A REDAÇÃO DO INCISO II DO ART. 1º DO DECRETO-LEI N.º 201/1967, OBRIGA O INTÉRPRETE A VERIFICAR NO DIREITO ADMINISTRATIVO A LICITUDE DA CONDUTA IMPUTADA AO PREFEITO MUNICIPAL PARA QUE, A PARTIR DE ENTÃO, CONCLUINDO PELA SUA INADEQUAÇÃO À NORMA, APERFEIÇOE A SUBSUNÇÃO

Superior Tribunal de Justiça – SAFS Quadra 6, Lote 1 CEP 70095-900
PABX (61) 3319-8000 -FAX: (61) 3319-8700/8194/8195

C542605357035@

pág.: 5 de 7

Superior Tribunal de Justiça

DO FATO AO TIPO PENAL. SERÁ A PARTIR DESSE PROCESSO DE VERIFICAÇÃO DA ADEQUAÇÃO TÍPICA, QUE PODERÁ O HERMENEUTA AVALIAR A OFENSA AOS VALORES TUTELADOS PELA NORMA PENAL, TRAZENDO DO DIREITO ADMINISTRATIVO OS CONCEITOS DE LEGALIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVA.

3. DEMONSTRADA QUE A UTILIZAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DA PREFEITURA EXTRAPOLOU OS LIMITES DA LEGISLAÇÃO, BEM COMO OFENDEU A MORALIDADE ADMINISTRATIVA, PORQUANTO FORAM EMPREGADOS PARA AUXILIAR E CONSOLIDAR ILEGAL INVASÃO DE LOTEAMENTO, PERTENCENTE AO ESTADO DE GOIÁS, POR PESSOAS DA RELAÇÃO POLÍTICA, FAMILIAR E DE AMIZADE DO RÉU, ENTÃO PREFEITO MUNICIPAL, E, INCLUSIVE, POR ELE PRÓPRIO, DEVE SER MANTIDA SUA CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 1º, INCISO II, DO DECRETO-LEI Nº 201/1967.

4. A PERDA DO CARGO E A INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA, ELETIVO OU DE NOMEAÇÃO, PELO PRAZO DE 5 ANOS, SANÇÕES PREVISTAS NO § 2º DO ART. 1º DO DECRETO-LEI Nº 201/67, NÃO SÃO EFEITOS DECORRENTES DA CONDENAÇÃO, DEVENDO O JUIZ FUNDAMENTAR A NECESSIDADE DA MEDIDA, LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO O ALCANCE DO DANO CAUSADO, A NATUREZA DO FATO, AS CONDIÇÕES PESSOAIS DOS AGENTES, DENTRE OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS. PRECEDENTE DO STF.

5. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO (RESP 1.162.179/GO, REL. MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 5/9/2012).

IN CASU, EM APLICAÇÃO DA REGRA ESTABELECIDADA NO § 2º DO ART. 1º DO DECRETO-LEI N. 201/67, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA LIMITOU-SE A CONSIGNAR, SEM A FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA, QUE, POR FORÇA DA CONDENAÇÃO, SERIAM IMPOSTAS AO ORA RECORRENTE A PERDA DO CARGO E A PENA DE INABILITAÇÃO, PELO PRAZO DE CINCO ANOS, PARA O EXERCÍCIO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA, "SEM PREJUÍZO DA DELIBERAÇÃO, PELA JUSTIÇA ELEITORAL, ACERCA DE EVENTUAL ARGUIÇÃO DE INELEGIBILIDADE, NOS TERMOS DO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR N. 64/1990". PRESENTE, POIS, A PROBABILIDADE DO DIREITO.

O RECORRENTE ESTÁ NA IMINÊNCIA DE VER CERCEADO SEU DIREITO POLÍTICO AO EXERCÍCIO DO CARGO DE DEPUTADO FEDERAL, PARA O QUAL FOI ELEITO NO ÚLTIMO PLEITO ELEITORAL - 2018, EM RAZÃO DOS EFEITOS IMPOSTOS NO ACÓRDÃO CONDENATÓRIO, DAÍ O PERIGO DE DANO A JUSTIFICAR A PROVIDÊNCIA ORA TOMADA.

DIANTE DO EXPOSTO, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA PARA CONFERIR EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL IGUALMENTE SUSPENDENDO OS EFEITOS DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SANÇÃO IMPOSTA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA, ELETIVO OU DE NOMEAÇÃO, PELO PRAZO DE 5

Superior Tribunal de Justiça – SAFS Quadra 6, Lote 1 CEP 70095-900
PABX (61) 3319-8000 -FAX: (61) 3319-8700/8194/8195

C5426053570355@

pág.: 6 de 7

Superior Tribunal de Justiça

ANOS, SUSTANDO TAMBÉM OS EFEITOS CONFERIDOS PELO ART. 1º, I, "E", DA LEI COMPLEMENTAR N. 64/90, NA FORMA DO ARTIGO 26-C DA MESMA LEI.

COMUNIQUE-SE, COM A DEVIDA URGÊNCIA, AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (AÇÃO PENAL N. 0000398-78.2013.8.05.0000) E AO TRE/BA. APÓS, DEVOLVAM OS AUTOS PARA JULGAMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE. BRASÍLIA, 19 DE OUTUBRO DE 2018. " ATENCIOSAMENTE, MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK, RELATOR. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.



Superior Tribunal de Justiça – SAFS Quadra 6, Lote 1 CEP 70095-900
PABX (61) 3319-8000 -FAX: (61) 3319-8700/8194/8195

C5426053570355@

pág.: 7 de 7